E se todos fossem para a Ilha Grande?

Simon Schwartzman

Publicado no Jornal do Brasil, 3 de fevereiro de 1980, caderno Especial, página 6.

Como os juristas, psicólogos e sociólogos teimam em ligar a questão da violência nas cidades com os problemas de miséria e desigualdades sociais do país, e não existem perspectivas de solução a curto prazo para estas questões, é natural que este diagnóstico não agrade, e surjam propostas de ação mais rápida, eficaz e a curto prazo. A mais recente é enviar todos os delinquentes ou suspeitos para a Ilha Grande, sem maiores formalidades.

Quem sabe é uma boa idéia? Afinal, na ilha já há um presídio, e as instalações poderiam ser muito ampliadas, já que se destinariam a uma população acostumada a pouco conforto. É claro que enviar somente criminosos convictos não resolve o problema, porque eles, de uma forma ou de outra, terminam presos, e são só uma minoria, haveria também que enviar os criminosos potenciais. Como identificá-los? Não há muito mistério nisto Em primeiro lugar, todos os que tenham antecedentes policiais, mesmo que já tenham cumprido suas penas, porque ninguém ignora que as prisões não recuperam as pessoas. Depois, evidentemente, os amigos e vizinhos dos criminosos, pessoas de formação e cultura semelhantes, e vítimas naturais do contágio dos maus exemplos. Depois, ainda, pessoas de características semelhantes, que pela aparência, cor da pele, modo de vestir e de morar, mostrarem uma tendência natural ao desajuste social e à criminalidade. E como o crime hoje não é hoje uma atividade só de homens, envolvendo também mulheres e crianças, não deveria haver distinção de sexo ou idade.

É difícil estimar quantas pessoas deveriam ser reunidas e levadas para as instalações da Ilha Grande, para que o programa fosse um verdadeiro sucesso. Um bom critério seria incluir a todos que ganham um salário mínimo ou menos, ou desempregados, o que incluiria certamente mais da metade da população do Grande Rio Remover estas pessoas de suas residências e transportá-las para sua destinação final é um problema logístico bastante complicado e caro. Não se trata, no entanto, de uma tarefa impossível, já que existe uma certa experiência internacional acumulada de transporte de massas deste tipo, destinado a concentrar em determinados campos pessoas consideradas antissociais, para uma solução final dos problemas por elas criados. Afinal, pensando bem, a idéia de campos de concentração não chega a ser original.

Mas, pensando melhor ainda, talvez fosse o caso de inverter a solução do problema. O Rio de Janeiro já anda bastante poluído, arruinado pela especulação imobiliária e pelo

crescimento desordenado. A Ilha Grande, enquanto isto, tem uma natureza privilegiada, dizem, e ainda é terra virgem. protegida pelo mar. Como o número de pessoas acima de qualquer suspeita de criminalidade é seguramente menor do que o de suspeitos e criminosos potenciais, não há dúvida de que o mais adequado seria que a minoria se mudasse para a Ilha Grande, deixando a maioria no Rio, com todos os seus problemas e dificuldades.

Não é, evidentemente, uma solução sem custos, mas é certamente mais econômica e viável do que manter tanta gente concentrada na Ilha Grande e outros campos de concentração espalhados pelo país. Comunidades isoladas de cidadãos acima de qualquer suspeita poderiam ser estabelecidas e mantidas à parte do resto, com um controle bastante estrito de circulação de pessoas entre as diversas áreas. É claro que seria impossível evitar todos os contatos, já que a própria construção destas comunidades protegidas e os serviços para seu funcionamento exigiriam mão-de-obra abundante e barata. que só poderia ser recrutada fora delas. Existem vários mecanismos já experimentados pelos qual estes contatos podem ser controlados O principal deles é o da distribuição de passaportes entre a população que definam o lugar de residência de cada um. Assim, uma pessoa que tenha um passaporte do Rio de Janeiro, por exemplo, só poderia ir à Ilha Grande se provasse que tem um emprego lá, mas não poderia, de nenhuma forma. fixar residência fora de sua área. Esta diferenciação clara de residência poderia ser estendida ao controle de várias esferas de atividade onde as pessoas de diferentes comunidades tenham que se encontrar - nos transportes públicos, por exemplo, ou logradouros abertos, aonde haveria lugares marcados para portadores de tipos diferentes de passaporte. A diferenciação poderá ficar ainda maia clara se fosse usado algum sinal visível na roupa das pessoas, identificando a que comunidade pertencem. Finalmente, seria necessário um controle bastante rígido sobre contatos mais íntimos de pessoas de diferentes comunidades, principalmente de tipo sexual, para evitar situações familiares complicadas que levem à passagem de pessoas indesejáveis do Rio para a Ilha Grande. Enfim. também neste caso, existe uma certa experiência internacional acumulada, que poderia ser facilmente importada. Afinal, a idéia de comunidades apartadas umas das outras tampouco é tão original.

Eis, em resumo, duas soluções rápidas, eficazes e a curto prazo, que já foram inclusive testadas e que começam a encontrar apoio novamente. Não é impossível que, premidos pelas circunstâncias, terminemos adotando uma delas e tenhamos o triste destino das sociedades que as inventaram.